

## **AS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS ESPORTIVAS NO BRASIL PARA SUJEITOS TRANSEXUAIS\***

**Nataly de Carvalho Fugi**

*natikinha\_cf@hotmail.com*

**Liciane Vanessa de Oliveira Mello Corrêa**

*liciane.vomc@gmail.com*

**Universidade Estadual de Maringá (UEM)**

### **RESUMO**

A pesquisa disserta sobre políticas e normatizações brasileiras que fomentam a entrada de transexuais no esporte institucional. Caracteriza-se em pesquisa sociológica, utilizando como fontes: sites oficiais esportivos, artigos, revistas, livros e jornais. Constatamos que as configurações de políticas no esporte caminham a passos lentos e partem de formulações e resoluções de órgãos internacionais, sobretudo o Comitê Olímpico Internacional.

### **PALAVRAS-CHAVE**

*corpo humano; esporte; identidade de gênero*

## **INTRODUÇÃO**

Le Breton (2016) define a imagem do corpo como uma representação do próprio sujeito. Assim, o transexual (ou simplesmente “trans”), tema central dessa pesquisa, pode ser metaforicamente relacionado a analogia de um viajante no próprio corpo. Onde a forma e o gênero podem ser modificados a vontade do sujeito, possibilitada pelo desenvolvimento biotecnológico da moderna sociedade.

Essas contradições acabam refletindo no fenômeno cultural esportivo. Antes regido pelas diferenças fenotípicas da heteronormatividade, o esporte coloca em cheque sua restrição mais aceita: a divisão entre sexo nas modalidades, o binarismo sexual feminino e masculino. Pois, agora, o indivíduo transexual se faz presente nessa manifestação cultural, e políticas esportivas passam a ser pensadas no intuito de garantir a possibilidade de não excluir esses indivíduos, mas também, não garantir benefícios e vantagens competitivas a nenhum atleta em específico.

\* O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001





as necessidades de indivíduos transexuais na busca de coesão entre o sexo e gênero. Tornando visível aos governos brasileiros, em suas diversas esferas, as particularidades dessa população, possibilitando formulações de políticas destinadas a esse público (SERRANO; CAMINHA; GOMES, 2017, p. 1.127).

Todavia, em 2016, a fim de legitimar as manifestações em prol da participação de atletas LGBT no esporte, o COI divulgou que nos Jogos Olímpicos "Rio 2016" seriam permitidos a competição de atletas transgêneros, sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização, se restringindo apenas na comprovação de tratamento hormonal, realizado com no mínimo dois anos de antecedência das competições, e, estando com taxas hormonais em concordância com as recomendações deste órgão para transexuais mulheres. Para homens trans não haveria restrições (COELHO; MOURÃO, 2018). O Comitê Olímpico Brasileiro – COB, no que lhe concerne, apenas aceitou as recomendações do COI.

Em meio a essas polêmicas nas formulações de políticas esportivas olímpicas para trans, as federações e confederações de cunho internacional e nacional se apropriaram, com ou sem modificações, das recomendações propostas pelo COI visando desenvolver suas estratégias de inclusão ou exclusão dos atletas transexuais.

A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), em 2011, implementou um procedimento de verificação de gênero destinada a manter a igualdade competitiva das atletas. Como consequência, novas polêmicas e debates surgiram sobre a "legitimidade de gênero", aplacada com normatizações exigindo cirurgias de adequações e tratamentos hormonais, pois "a desestabilização provocada por corpos dissonantes é acalmada com determinações normativas que regulam o que se encontra fora dos padrões instituídos" (CAMARGO; KESSLER, 2017, p. 200).

Em 2016, o Brasil polemizou em redes sociais e na mídia de uma forma geral, o caso da atleta Tiffany Abreu transexual feminina, que é autorizada a competir na Superliga Brasileira de Voleibol Feminino na Série A, por estar em acordo com as recomendações do COI. Esse fato provoca reações controversas, questionando a possível vantagem corporal da jogadora.

Considerando as dissidências nacionais e internacionais, que o esporte vem enfrentando, em relação a atletas transexuais, podemos concluir que, esse processo de desenvolvimento e formulação de resoluções para obter soluções, no Brasil, ainda caminha a passos curtos. Tendo como respaldo as biotecnologias médicas e os órgãos internacionais como base fundante para as normatizações esportivas em âmbito de federações, confederações e eventos brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas esportivas para transexuais vão sendo pensadas à medida que surgem polêmicas e necessidades, que por sua vez, são impulsionadas pela possibilidade de transformação corporal desenvolvidas pelas tecnologias biomédicas.

Portanto, ressaltamos novamente, a pergunta norteadora desta pesquisa: Como se configuram as políticas esportivas em relação a transexualidade no Brasil? Onde pudemos constatar há uma influência quase decisiva das recomendações propostas pelo COI na formulação para as normas esportivas desses atletas. Atuam também, como força impulsionadora de propostas políticas de inclusão trans, os órgãos ligados aos movimentos LGBT. Porém, ainda há uma abertura para as federações, confederações, competições e eventos esportivos desenvolverem normas próprias para inclusão ou exclusão desses indivíduos. Uma vez que a ciência de uma forma geral, ainda, apresenta direções que se divergem sobre esta condição corporal contemporânea, e, não há políticas esportivas brasileiras que garantam ou impeçam a participação desses indivíduos.

Enfim, pensar e refletir sobre a condição de populações transexuais proporcionaram apontamentos críticos necessários as reflexões sobre políticas no esporte brasileiro. Os temas abordados aqui são complexos, não sendo totalmente esgotados neste estudo, devido ao seu breve caráter. Deste modo, mais pesquisas com grau maior de aprofundamento devem ser realizadas para que haja transformação no cenário esportivo do país de forma qualitativa.



## THE SPORTIVE POLITICAL CONFIGURATIONS IN BRAZIL FOR TRANSEXUAL SUBJECTS

### ABSTRACT

This sociological research discusses about Brazilian policies and regulations that foment the entry of transsexuals into institutional sports. We infer that the political configurations in the sport are moving at slow steps and are based on the international formulations and resolutions, especially of the International Olympic Committee.

**KEYWORDS:** *human body; sport; gender identity.*

## LAS CONFIGURACIONES POLÍTICAS DEPORTIVAS EN BRASIL PARA SUJETOS TRANSEXUALES

### RESUMEN

Esta investigación sociológica analiza las políticas y regulaciones brasileñas que fomentan la entrada de transexuales en los deportes institucionales. Encontramos que las configuraciones políticas en el deporte se mueven lentamente y se basan en las formulaciones y resoluciones internacionales, especialmente del Comité Olímpico Internacional.

**PALABRAS CLAVES:** *cuero humano; deporte; identidad de género.*

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Plano nacional de promoção da cidadania de LGBT*, 2005. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2019.
- BRASIL. *Política nacional do esporte*, 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2019.
- CAMARGO, W. X. KESSLER, C.S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Rev. Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.
- CAMARGO, W. X. RIAL, C. S. M. Esporte LGBT e Condição Pós-Moderna: notas antropológicas. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Florianópolis, v.10, n.97, p. 269-286, jul./nov. 2009.
- COELHO, F. D. MOURÃO, L. As (trans) formações das representações sociais de gênero no esporte. In: *Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade* [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.
- COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL – COB. Disponível em: <<http://www.cob.org.br>> Acesso em: 13 jan. 2019.
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL – COI. Disponível em: <<https://www.olympic.org/the-ioc>> Acesso em: 17 jan. 2019.
- CONSELHO DE ESTOCOLMO (Documento COI de 2004) Disponível em: <[https://stillmed.olympic.org/AssetsDocs/importednews/documents/en\\_report\\_905.pdf](https://stillmed.olympic.org/AssetsDocs/importednews/documents/en_report_905.pdf)> Acesso em: 18 fev. 2019.
- DE ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M. Quadros conceituais em políticas públicas: aplicações e possibilidades para a área do esporte. In: *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2017
- DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do biodireito*. São Paulo: Saraiva, 2006
- LE BRETON, D. *Antropologia do Corpo*. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MARCHI, JR., W. A educação física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. *Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas*. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.
- SANTANA, T. N. GIVIGI, A. C. N. Intersecções de gênero e sexualidade no ensino de esportes: Funcionamentos da heteronormatividade no curso de licenciatura em educação física do CFP/UFRB. In: *Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, 2017.
- SERRANO, J. L. CAMINHA, I. O. GOMES, I. S. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. *Rev. Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 3., p. 1119-1132, jul./set. de 2017.

